

## **PROJETO DE LEI Nº. 089, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.**

**“Cria o Conselho Municipal de Defesa Civil do Município de Constantina e dá outras providências”.**

### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

**Art. 1º.** Fica criado o Conselho Municipal de Defesa Civil de Constantina – CMDC, órgão consultivo e de participação comunitária na Administração Municipal, integrante do Sistema Municipal de Defesa Civil, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, com a finalidade de propor, deliberar, fiscalizar e supervisionar as políticas públicas de Defesa Civil.

**Art. 2º.** Para as finalidades desta Lei, denomina-se:

I. Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;

II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

**Art. 3º.** Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil:

I – estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração e execução dos programas, planos e ações de Defesa Civil;

II – deliberar sobre políticas, programas, planos e ações referentes à Defesa Civil Municipal;

III - reunir-se a mediante a convocação do seu Presidente, do Coordenador Municipal de Defesa Civil ou do Prefeito Municipal, ou

ainda por decisão da maioria absoluta do Conselho, devendo a convocação ser feita com no mínimo, 24 horas de antecedência;

IV - examinar e supervisionar a pauta das temáticas de Defesa Civil no município, confeccionando o plano de aplicação dos recursos;

V - propor a destinação de recursos orçamentários ou de outras fontes, internas ou externas, para atender os programas de Defesa Civil;

VI - fiscalizar a realização de obras e ações de prevenção, assim como analisar a prestação de contas do Fundo Municipal de Defesa Civil de Constantina – FMDC, verificando sua compatibilidade com o Plano de Aplicação;

VII - elaborar o seu regimento interno submetendo ao Prefeito Municipal que o instituirá por decreto.

**Parágrafo Único** - Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Defesa Civil a supervisão financeira do Fundo Municipal de Defesa Civil de Constantina – FMDC, nela compreendidas a elaboração de cronograma financeiro, a elaboração de sua proposta orçamentária anual, a definição sobre a forma de aplicação das disponibilidades transitórias de caixa e a análise da prestação de contas e demonstrativos financeiros do FUMDEC.

**Art. 4º.** O Conselho Municipal de Defesa Civil compõe-se de 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, sendo 03 (três) representantes do Poder Executivo e 02 (dois) representantes da sociedade civil, conforme a seguinte descrição:

I – Os órgãos representativos da administração pública serão os seguintes:

- a) Secretaria Municipal de Obras e Viação
- b) Secretaria Municipal de Agricultura
- c) Secretaria Municipal de Assistência Social

II - Os órgãos representativos da sociedade civil serão as seguintes:

- a) Emater
- b) Cotrisal

**§ 1º.** Todos os Conselheiros representantes do Poder Executivo e da sociedade civil serão nomeados pelo Prefeito Municipal, para um mandato de 02 (dois) anos, admitida recondução.

**§ 2º.** O Conselho Municipal de Defesa Civil é presidido por um dos seus integrantes, eleito dentre os seus pares, para mandato de 01 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

**Art. 5º.** O Conselho Municipal de Defesa Civil poderá instituir câmaras temáticas permanentes ou grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor ações específicas.

**Art. 6º.** Os Conselheiros suplentes substituirão os titulares nos seus impedimentos.

**Art. 7º.** Os membros do Conselho não receberão qualquer tipo de remuneração pelo desempenho dessa função que será considerada de relevante interesse público.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de deslocamento, quando a serviço ou representando o Conselho Municipal de Defesa Civil, o município arcará com as despesas de transporte, hospedagem e alimentação.

**Art. 8º.** Não poderá exercer a condição de representante de entidade, efetivo ou suplente, quem for detentor de mandato eletivo.

**Art. 9º.** Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover a capacitação aos integrantes do Conselho.

**Art. 10.** No prazo de 30 (trinta) dias, após sua instalação, o Conselho Municipal de Defesa Civil elegerá seus cargos, sendo eles Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, e elaborará seu regimento interno, que deverá ser aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 11.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas.

**Art. 12.** Revoga-se a Lei Municipal nº 1.816 de 05 de julho de 2002.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor a contar de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Constantina, em 12 de novembro de 2013.

**Fidelvino Menegazzo**  
Prefeito Municipal em Exercício

**“Exposição de Motivos”  
“Projeto de Lei nº. 089/2013”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:**

Encaminhamos a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº. 089/2013, que cria o Conselho Municipal de Defesa Civil do Município de Constantina e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Defesa Civil é um órgão que tem como objetivo o planejamento de ações para prevenir e minimizar os efeitos causados por desastres sejam eles naturais ou provocados pelo homem. Atuará como órgão consultivo e deliberativo, sendo constituído por representantes do Poder Executivo e da sociedade civil.

Por meio da criação do Conselho, visa-se prevenir e minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres, em curto espaço de tempo, com eficiência, eficácia e efetividade.

Como é de conhecimento dos Senhores, em nosso Município já ocorreram eventos decorrentes de caso fortuito e de força maior, que ocasionaram prejuízos materiais, econômicos e sociais com abrangência em diversas áreas.

Deste modo, o presente Projeto de Lei, se transformado em Lei pela soberana vontade dos Senhores Membros dessa Casa do Legislativo Municipal, irá fortalecer o Poder Público do Município consoante à prevenção e preparação relacionadas com o risco de desastres, e quando da ocorrência destes, oportunizará resposta e reconstrução de maneira eficaz e efetiva.

Face ao exposto, contamos com a colaboração de Vossas Excelências, na aprovação do referido Projeto de Lei Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Constantina, em 12 de novembro de 2013.

**Fidelvino Menegazzo**  
Prefeito Municipal em Exercício